

TURISMO RURAL E A PRODUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERESÓPOLIS (RJ)

RURAL TOURISM AND THE PRODUCTION OF NEW TERRITORIALITIES IN TERESÓPOLIS (RJ)

Rafael Ângelo Fortunato¹, Cleber Marques de Castro¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Correspondência para: Cleber Marques de Castro (cleber.uerj@gmail.com)

doi: 10.12957/geouerj.2017.26139

Recebido em: 20 out. 2016 | Aceito em: 14 set. 2017



RESUMO

A formação de redes populares de turismo é um fenômeno importante que permite renovar o modo de se pensar as políticas públicas de turismo, cujo formato é essencial para promover a sustentabilidade no setor por meio da produção de novas territorialidades associadas às comunidades. No presente artigo apresentamos a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Santa Rita, bairro rural de Teresópolis (RJ) na criação e fortalecimento de uma rede popular de turismo voltada para a agricultura orgânica. Com base na concepção teórico-metodológica do turismo solidário apresentamos o roteiro de turismo focado na agricultura orgânica e um mapa informativo. Por fim apresentamos uma proposta de um Fundo de Turismo Solidário, o que faz deste tipo de rede uma forma de manifestação política para produção de territórios turísticos na contemporaneidade.

Palavras-chave: Turismo Rural. Redes Populares de Turismo. Agricultura Orgânica. Turismo Solidário

ABSTRACT

Organized local organic agrotourism networks are an important contribute factor that could change public policy regarding tourism. Connected to the everyday life of farm communities, these networks can contribute to an emerging sense of regional self-identity encouraging economic and ecological sustainability. This paper presents Rede Brasilidade Solidária (Solidarity Network of Brazilianness) and its work in Santa Rita, a rural area of Teresópolis, Rio de Janeiro. An organic agricultural touristic route based on concepts of Solidarity Tourism in Santa Rita is presented, along with an informational map, and a Solidarity Community Fund is proposed to provide action in this region.

Keywords: Rural Tourism. Local organic agrotourism networks. Solidarity Tourism.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo vem passando por uma série de transformações, tanto no campo das ciências, sinalizando para abordagens complexas que integram diversas áreas do saber para olhar o mesmo objeto, como no campo da política, no qual a representação parlamentar direta, por meio da eleição, dá sinais de saturação a favor da democracia participativa.

Este artigo, de alguma forma, perpassa por essas duas questões na construção teórica que dará suporte as análises aqui realizadas e sinaliza para a importância da formação de redes populares de turismo

para produção e reprodução do território, bem como para sua gestão. No campo do turismo, a proposta de participação popular se faz presente em grande parte das políticas do setor, visto que existe uma crença na academia e no campo das políticas públicas de que somente este formato é capaz de garantir a sustentabilidade na atividade.

Nesse cenário, a ideia de se trabalhar em redes, como sendo capaz de renovar a forma de fazer política e propiciar uma maior mobilização e participação popular é cada vez maior. Ressaltamos, porém, que não será aprofundada questões referentes às redes sociais que se mobilizam pela rede mundial de computadores (Internet).

Conforme exposto em 2º AUTOR (2014) a formação de redes populares no turismo é um importante fenômeno que tem potencial, inclusive, de transformar a maneira pela qual a administração pública e setor privado lidam com as práticas turísticas. As redes populares, também podem promover a sustentabilidade no setor por meio da produção de novas territorialidades associadas às comunidades participantes e ao seu modo de reprodução.

O artigo está estruturado em quatro seções, além das considerações finais. Na primeira seção apresentamos a base teórico-metodológica que fundamenta as redes e a constituição de novos territórios. A seguir apresentamos a formação de redes populares como pauta de políticas públicas e as possibilidades de contribuição no campo do turismo. A terceira seção discute a importância das redes populares para o planejamento do turismo via processo de descentralização. Enfim, na quarta seção apresentamos a Rede Brasilidade Solidária, o roteiro turístico com base na produção orgânica e a proposta inovadora de um Fundo de Turismo Solidário e os desdobramentos que possibilitariam a produção de novas territorialidades.

Formação de redes populares e atuação política para produção do território

A sociedade é composta de indivíduos em relação entre si. Portanto, com base nesta relação os sujeitos constroem a si mesmo e, ao mesmo tempo, constroem a sociedade. O sujeito, portanto, torna-se um

agente que sofre e produz a ação no seio da sociedade onde encontra os sentidos e significados da sua vida.

Para Elias (1994, p. 57) “cada pessoa só é capaz de dizer ‘eu’ se e porque pode, ao mesmo tempo, dizer ‘nós’. Até mesmo a ideia ‘eu sou’, e mais ainda a ideia ‘eu penso’, pressupõe a existência de outras pessoas e um convívio com elas”.

Martin Buber (1982) em seu livro “Do diálogo e do dialógico” também destaca essa reciprocidade entre o eu e a sociedade ao comentar sobre as obras de um artista, em suas palavras, “toda arte é essencialmente dialógica: toda música é dirigida a um ouvido que não é a do próprio músico, toda escultura, a um olho que não é do escultor” (BUBER, 1982, p. 60).

Apesar dessa constatação, de que os sujeitos interferem na constituição da sociedade, pode-se pensar que os agentes sociais que fazem parte de partidos políticos e são eleitos pelo povo, possuem maior poder de intervir nessa mesma sociedade quando propõem leis e diretrizes. No entanto, a legislação brasileira ressalta a possibilidade do poder emanar do povo de forma direta, assim como apresenta a constituição federal em seu art.1º: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou de forma direta”. Vale ressaltar, também, que para o filósofo Aristóteles o ser humano é um animal político, desse modo, qualquer ação gera uma influência na sociedade.

Torna-se, portanto, necessária uma educação para tomada de consciência do cidadão como sujeito político e capaz de alterar os caminhos de sua história, da manifestação de sua territorialidade e da sociedade em que está inserido.

Desse modo, ao pensar no tema das redes populares, torna-se imprescindível pensar na constituição do sujeito como portador de poderes políticos concedidos pelo Estado e que os mesmos poderão exercê-lo de forma direta.

No entanto, para isso, torna-se imprescindível uma discussão sobre os estímulos da educação. Contesta-se, portanto, o modelo de educação bancária apresentada por Freire (1983), na qual os estudantes são “treinados” para reprodução do “status quo” e chama-se a atenção para educação que preconiza a transformação social, na qual o sujeito vai temporalizando o espaço geográfico e produzindo cultura, criando e recriando épocas históricas, invés de se apresentar simplesmente como sujeitos conduzidos por terceiros. Em tempos de discussão sobre o papel social e político das escolas, cabe a afirmação de Demo (1999): “a maior virtude da educação está em seu caráter político”.

Trata-se, portanto, de relativizar o dito “mundo real” e pensá-lo mais como uma construção histórica concebida por uma visão de mundo, do que por uma verdade absoluta capaz de determinar como as coisas são e devem ser. A questão central passa a ser a ênfase na construção do real, tendo em vista o constante inacabamento do sujeito, o real, nessa visão de mundo, torna-se uma construção alicerçada na subjetividade do olhar.

Assim, compreendemos que a educação é primordial para o fortalecimento das concepções relacionadas à formação de redes populares e novas territorialidades, pois por meio da educação estimula-se a consciência política, que pode manifestar-se territorialmente.

Outro campo que se relaciona diretamente com a noção de redes e com a proposta de fortalecimento político em um determinado território referem-se à questão da governança, que preconiza uma gestão eficaz dos recursos do estado por meio de uma rede de agentes sociais. A governança é caracterizada como uma forma da sociedade e seus indivíduos organizarem a produção do seu território em conjunto com o poder público.

Para Fratucci (2009, p.394, grifos do autor),

A sociedade contemporânea, para alguns, dita pós-moderna, experiencia o “viver em redes”, em que os territórios e as territorialidades passam a ser concebidos e caracterizados pelo movimento, pela fluidez e pelas interconexões, portanto, pelas redes. Assim como outras atividades econômicas contemporâneas, o turismo concretiza-se pela ação, pela articulação e pela interconexão dos seus diversos agentes produtores no tempo e no espaço.

Já para Calderón e Lechner (1998, p. 130) “a nova complexidade social requer uma coordenação policêntrica, ou seja, uma rede de negociações e acordos entre atores políticos e sociais” Aponta-se, portanto, que a formação de redes populares é um processo de tomada de decisão política independente da ação estatal e ela, da mesma forma que o Estado, pode mudar os rumos da produção de determinados territórios. Configura-se, portanto, uma forma de produção do território alternativa ou complementar aos esforços estatais.

Por meio das redes populares contribui-se com a formação de sujeitos cientes dos conflitos inerentes ao processo de tomada de decisão para promoção do desenvolvimento local, pois se concebe o sujeito como um ser propenso às vaidades e a persuasão na busca por poder de influência. Para Saquet (2009, p.87) “o homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território”.

Trabalha-se, portanto, com a ideia de que os conflitos são parte inerente das relações de poder que constitui o território e as redes populares e que os mesmos podem ser vistos para além de uma concepção dualística, no qual prevaleça à busca pela comunidade com respeito à diversidade e com foco no bem comum.

Saquet (2009, p.84) destaca a importância de reconhecer a heterogeneidade e homogeneidade do real como sendo fundamental numa concepção renovada e histórico-crítica do território e da territorialidade. Destaca-se, portanto, um movimento de pares oposto, heterogeneidade e homogeneidade que não se excluem, mas se complementam em um ambiente dialógico.

Para Morin (2003, p.74),

A dialógica permite-nos aceitar racionalmente a associação contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo. Niels Böhr, por exemplo, constatou a necessidade de se reconhecer as partículas físicas ao mesmo tempo como corpúsculo e como ondas. Nós mesmos somos seres separados e autônomos, ao mesmo tempo em que fazemos parte de duas continuidades separadas, a espécie e a sociedade. Quando consideramos a espécie ou a sociedade, o indivíduo desaparece, quando consideramos o indivíduo, a espécie e a sociedade desaparecem. O pensamento complexo aceita dialogicamente os dois termos, que tendem a se excluir um do outro.

As redes podem ser pensadas como uma manifestação política que considera as horizontalidades no campo do saber e que conduz os indivíduos levando-os a um constante processo de idealizações pragmáticas e continuas em torno da emancipação do sujeito, e da construção de um sujeito político engajado com a solução dos problemas socioambientais e com o desenvolvimento local.

Nesses moldes, a atuação dos indivíduos em redes pode ser entendida como uma forma de pragmatismo que está atento às ideias das (re) descrições, um pragmatismo solidário, no qual tudo o que o sujeito pode fazer é trabalhar com o vocabulário final disponível, “mantendo os ouvidos abertos para as sugestões de como seria possível expandi-lo ou revisá-lo” (RORTY, 2007, p.324).

No caso deste artigo, se aposta no turismo planejado em estreita relação com o poder local, com a formação de redes, assim como preconiza algumas correntes da administração pública presentes nas diretrizes do Ministério do Turismo (BRASIL, 2007).

Políticas públicas de turismo e a formação de redes populares de turismo

Em 1988, depois da redemocratização do país, passou-se a dar maior valor às ideias de descentralização, os municípios passaram a ter mais autonomia e, conseqüentemente, novos movimentos sociais locais se proliferaram, assim como as ONG`s (organizações não-governamentais). No Brasil, o planejamento turístico acompanhou a questão da descentralização do poder, e as políticas públicas do campo do turismo também investem na participação dos agentes para pensar o desenvolvimento da atividade.

Em 1994, inicia-se um programa denominado de PNMT (Programa Nacional de Municipalização de Turismo), que visava à formação de multiplicadores das propostas políticas via Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR). De alguma forma, a ideia da formação de multiplicadores, já estava de acordo com as concepções relacionadas à formação de redes populares de turismo. Em 2008, tem-se início a Política Nacional de Turismo, confirmando as tendências de descentralização e segundo o Art. 5 da referida lei seus objetivos visam:

II - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;

VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica

VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

IX - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística;

Considera-se que estes objetivos estabelecem relações intrínsecas com as questões relacionadas às redes discutidas neste artigo. Estas diretrizes reforçam o investimento no poder local para produção de territórios turísticos. Desse modo, a rede apresenta-se como estratégia para que os objetivos propostos pela Política Nacional de turismo sejam alcançados.

Como se pode constatar, nesta mesma lei a descentralização está presente na forma como se pretende organizar os agentes sociais que pensam a atividade turística no Brasil. O seu Art. 8º, que institui o Sistema Nacional de Turismo, por exemplo, reza que o mesmo será composto pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério do Turismo;

II - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo;

III - Conselho Nacional de Turismo; e

IV - Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

§ 1º Poderão ainda integrar o Sistema:

I - os fóruns e conselhos estaduais de turismo;

II - os órgãos estaduais de turismo; e

III - as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais.

O Art. 9 coloca que o Sistema Nacional de Turismo tem por um dos seus objetivos promover a regionalização do turismo mediante o incentivo à criação de organismos autônomos e de leis

facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão; remetendo diretamente a formação de redes locais e regionais.

Também no site do Ministério do Turismo fica explícita a forma como as políticas públicas no campo do turismo estão sendo pensadas nessa mesma direção.

O PNT concebeu e o MTur implementou, como base da sua atuação, um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, integrando as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada, por meio da criação de ambientes de reflexão, discussão e definição das diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade turística do País.

A preocupação com a melhoria das condições socioambientais dos territórios turísticos permeia todo o discurso dos promotores da atividade turística, uma das propostas é que por meio da descentralização possam-se promover regiões do interior do país.

Neste contexto, foram propostos nove macro programas para gestão dos produtos turísticos e da cadeia produtiva a eles relacionadas, dois deles diretamente baseados na descentralização ao sugerir a transferências dos processos de decisão. Este é o caso do Programa de Regionalização, que tem como uma de suas missões potencializar os benefícios da atividade para as comunidades locais, e integrar e dinamizar os arranjos produtivos do turismo.

A criação do Ministério do Turismo, em janeiro de 2003, trazendo em seu bojo o PNT configura um marco para o desenvolvimento do setor no Brasil, tendo como propósito o desafio de conceber um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa (Figura 1), de modo a gerar divisas para o País, criar empregos, contribuir para a redução das desigualdades regionais e possibilitar a inclusão dos mais variados agentes sociais.

Para potencializar tais atividades foi lançado, além dos Macros Programas, o PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo), que promove o financiamento de atividades relacionadas ao turismo.

Neste contexto, o Ministério do Turismo abriu um edital em 2008 que beneficiou vários projetos de turismo de base comunitária, marcando este setor como uma das áreas estratégicas do Ministério do Turismo para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil.

O próprio ministério lançou um documento intitulado de Cadernos de Turismo como parte do Programa de Regionalização do Turismo, no qual ressalta a importância da descentralização e das redes para o fortalecimento do campo do turismo, nesse documento é possível perceber que:

A organização em Rede tem enorme poder de promover a divulgação de informações e a troca de experiências de forma descentralizada. Essa estrutura e sua forma de organização induzem à colaboração, à cooperação, ao trabalho conjunto, à gestão compartilhada e à ação autônoma individual integrada a uma visão coletiva. O exercício da colaboração, como acontece nas Redes, promove o desenvolvimento dos talentos e a emancipação responsável. (BRASIL, 2007, p. 14).

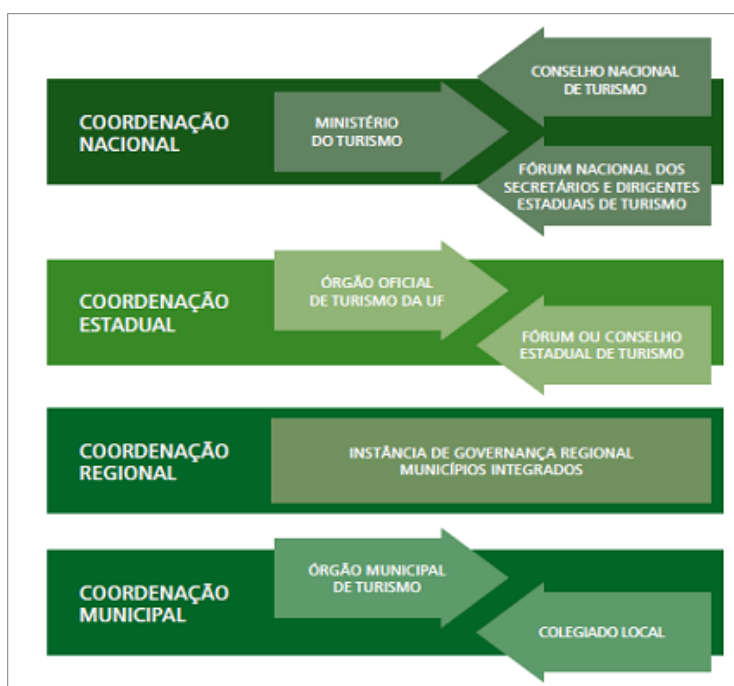


Figura 1. Gestão descentralizada do turismo. Fonte: Ministério do Turismo
Fonte: <<http://www.turismo.gov.br/>> acessado em 04/05/2012

Apesar de o estado preconizar a formação de redes populares de turismo, trabalha-se com o pressuposto de que as mesmas não devem ser elaboradas/pensadas somente com o aval do mesmo, torna-se necessário, portanto, que a sociedade civil de maneira geral inicie movimentos locais para o fortalecimento de sua atuação política, pensando em um programa pragmático com força suficiente

para solidarizar-se, buscar o diálogo e avançar rumo à emancipação da gestão do turismo em um determinado território.

Vale lembrar que, para Beni (2006, p. 62) “a grande maioria dos projetos de desenvolvimento sustentável do turismo encontra sua linha de resistência na incapacidade de mobilização da comunidade local como participante decisiva do planejamento estratégico” e ainda “a gestão participativa forma gestores locais e regionais, e multiplica o conhecimento técnico, científico e humano dos diversos atores participantes nos diversos processos, promovendo o desenvolvimento local” (BENI, 2006, p.64).

Para superar esta resistência mencionada por Beni (2006) julgamos que as redes sociais possuem imenso potencial de aplicação no desenvolvimento do turismo, visando fortalecer formas de cooperação, de solidariedade e de inserção das comunidades como verdadeiros agentes sociais no processo de gestão do turismo e, por conseguinte, na gestão do território.

A Rede Brasilidade Solidária: formação e ação

A Rede Brasilidade Solidária foi concebida com a intenção de promover o desenvolvimento territorial local por meio do turismo e de contribuir para minimizar os problemas socioambientais ao formar redes de cooperação. Sua base de sustentação ancora-se nas discussões referentes ao turismo solidário, à educação ambiental, à economia, à psicologia, à política, dentre outras áreas, revelando seu caráter interdisciplinar.

Trabalha-se com o pressuposto de que a formação de redes populares de turismo é parte de um processo de atuação política, pois os participantes convergem em relação a algumas diretrizes teóricas e metodológicas para atuação no campo do turismo. Tal rede pretende disseminar uma metodologia que sinaliza para a complexidade e para a base filosófica do turismo solidário (AUTOR, 2011).

O turismo solidário está alinhado com as novas discussões da ciência na contemporaneidade e cumpre uma função social importante, pois integra diferentes olhares para compor o turismo como um fenômeno social de múltiplas determinações.

Aposta-se na ideia de que o turismo solidário é uma filosofia que antecede as segmentações de mercado, assim como pretende ser a questão do turismo sustentável e do turismo de base comunitária. Todas essas concepções influenciam as modalidades de turismo denominadas de: ecoturismo, turismo rural, turismo de negócios, turismo religioso, dentre outros. Visto isso, tem-se, por exemplo, o desenvolvimento do agroturismo, a partir da base filosófica do turismo solidário.

Longe das abordagens mecânicas e deterministas, o turismo solidário trabalha com os pressupostos metodológicos sistematizados por AUTOR (2011) e representados nos “Seis Vês” do turismo solidário (Visitação, Vivências, Vendas, Vínculos, Veiculação, Validação), fazendo alusão aos outros campos do conhecimento, como o marketing, que usa a ideia dos “P” (Praça, Preço, Promoção, Ponto de venda) e da educação ambiental que usa a ideia dos “R” (Repensar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar) para suas sistematizações.

Os “Seis Vês” são pensados em termos de doação e de recepção simultâneas, ou seja, são interdependentes, eventualmente, podem ocorrer sozinhos e, não necessariamente existe uma ordem pré-determinada para se chegar a um objetivo. Têm-se, portanto, uma abordagem complexa para promoção do turismo, cujos indicadores e diretrizes sinalizam para a sistematização e o acompanhamento dos processos turísticos em uma determinada localidade e região (1º AUTOR 2014). No sítio eletrônico: 1º AUTOR pode-se conhecer mais sobre a Rede, sua metodologia e seus produtos.

A Produção de Novas Territorialidades: Consolidação da Rede Brasilidade Solidária em Santa Rita, Teresópolis (RJ) e a Proposta do Fundo Comunitário de Turismo Solidário

O desenvolvimento dos trabalhos da Rede Brasilidade Solidária em Santa Rita, bairro eminentemente rural do segundo distrito de Teresópolis (RJ) começaram após o curso de extensão universitária (SR-3/UERJ) de Turismo Solidário, coordenado pelo 1º AUTOR, quando alguns estudantes, propuseram um roteiro turístico influenciado pela proposta do fortalecimento de redes populares de turismo (2º AUTOR 2014) e baseado na proposta metodológica do turismo solidário (1º AUTOR, 2014).

A realização desse roteiro foi o principal resultado do referido curso de extensão, apesar de ter sido realizado outros roteiros e mutirões comunitários no município de Teresópolis no ano de 2015. O roteiro se iniciava em um sítio de produção orgânica onde foi realizado um café da manhã e uma vivência pela horta. Em seguida, o grupo foi para outro sítio, no qual foi realizada colheita de produtos orgânicos e preparo de um almoço por meio de um mutirão comunitário.

Logo depois dessa primeira experiência em Santa Rita, outros grupos foram convidados a participar da atividade, como um grupo de estudantes do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No final do ano de 2015, seguindo um padrão reticular, no qual as informações circulam de maneira não linear e influenciam pessoas, formamos um grupo com os estudantes do Curso de Gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e inserimos uma visita a “Feira Agroecológica de Teresópolis” como parte do roteiro. Ao final desse processo o roteiro ficou formatado da seguinte maneira (Figura 2).



Figura 2. Roteiro Simplificado de Turismo Solidário e Agricultura Orgânica

Para preparação do almoço foram utilizados os produtos colhidos e comprados nos sítios e na feira agroecológica. Os participantes foram divididos em grupos e cada um destes tornou-se responsável pela preparação dos alimentos. Alguns lavam as verduras, outros cortam os legumes, fazem o arroz,

etc. Tal atividade aproxima os membros do grupo e promove maior coesão e solidariedade entre eles e se aproxima do indicador referente às vivências no turismo solidário.

Avaliamos que o roteiro foi bem sucedido, sobretudo, em função dos comentários positivos dos visitantes. Sendo assim, decidimos ampliar a ideia de desenvolvermos um roteiro focado em agricultura orgânica para a localidade rural de Santa Rita. Assim, neste ano de 2016, em parceria com o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (PNMMT), começamos a realizar um mapeamento das propriedades que trabalham com produtos orgânicos no entorno do Parque, denominada de zona de amortecimento e que também precisa ser protegida. Com essa iniciativa garantimos a veiculação de informações relevantes que se relacionam com a responsabilidade socioambiental do projeto.

Visitamos seis propriedades. Cada um das propriedades visitadas possuem características peculiares, como por exemplo:

- a) No rancho Cria da Terra existe uma estrutura para realização de almoços comunitários, pois conta com uma grande cozinha equipada com fogões industriais;
- b) No sítio Boaventura existem hortas com uma grande diversidade de legumes e verduras;
- c) No sítio do Sr. Júlio a atividade principal é a produção de queijos;
- d) No Sítio Jaca Tupé o proprietário, que é biólogo, idealizou o espaço como um laboratório natural, onde faz experimentos de diversificação do plantio, alternando espécies de verduras, legumes e frutas;
- e) No sítio do Sr. Valdeci o foco está na produção de bonsais, cachaça artesanal e peixes e, por fim
- f) No sítio do Sr. Ermínio pratica-se a agricultura tradicional, pois o mesmo, apesar de ter mais de 60 anos, nunca utilizou veneno nas suas plantações.

Todos os proprietários dos sítios estão apoiando a proposta de um roteiro turístico focado na agricultura orgânica e na divulgação através de um mapeamento, apostando no potencial para o desenvolvimento do turismo na localidade. Informamos para todos os proprietários quais outros

produtores da região estão participando do projeto. Nosso objetivo com essa ação é fortalecer os vínculos entre eles, possam pensar no desenvolvimento da região, ao invés de pensarem em ações exclusivamente individuais.

Em agosto de 2016 começamos a produzir o mapa dos produtores orgânicos (Figura 3) dispostos a receber turistas. Realizamos um evento em 12 de outubro de 2016 na sede do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, em Santa Rita, com o objetivo promover o projeto turismo solidário na região e fortalecer os vínculos entre os moradores e colaboradores da rede para gestão local do turismo em Santa Rita, seguindo as diretrizes de descentralização propostas pelo Ministério do Turismo. Além de alunos da Uerj Teresópolis atuarem como monitores de recreação ambiental para crianças do bairro que foram ao evento, por outro lado, realizamos a nossa primeira oficina de mapeamento participativo, momento em que os produtores rurais e demais participantes opinaram acerca do mapa exposto, sugerindo modificações, correções e demais indicações no que intitulamos de “construção coletiva do quadro de potencialidades” da região.

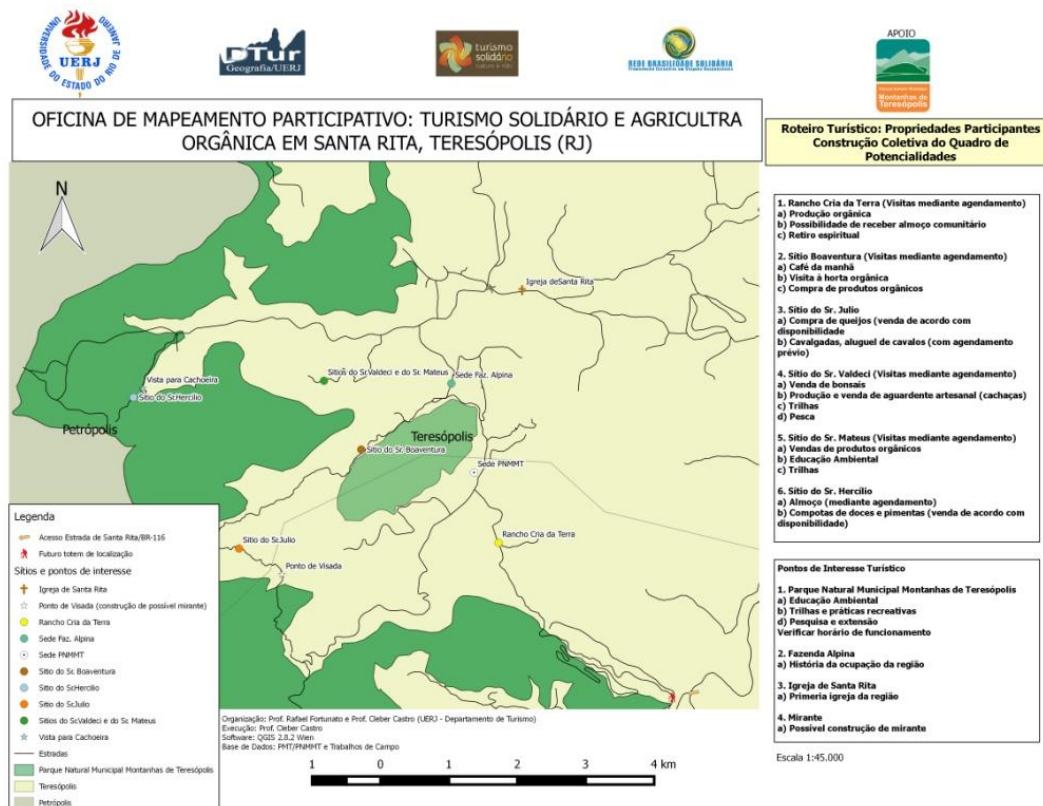


Figura 3. Croqui piloto das propriedades participantes do projeto apresentado na oficina de mapeamento participativo. A partir deste croqui sugestões e apontamentos coletivos deram forma ao quadro de potencialidades da região.

A confecção do mapa contribui com certa unidade em relação aos rumos que o turismo dever seguir na localidade e promove uma identidade territorial marcada pela ideia de solidariedade. Constatamos uma preocupação com o desenvolvimento descontrolado da atividade por parte dos gestores do Parque Municipal. Por isso, os mesmos apoiam e incentivam a proposta de turismo solidário difundida pela Rede.

Depois de cerca de um ano de pesquisas e intervenções em Santa Rita, novos moradores da localidade começaram a se interessar pelo projeto. Fato que demonstra que já começamos a imprimir a filosofia do turismo solidário para produção de uma nova territorialidade atrelada à atividade turística, mesmo sabendo que tal territorialidade pode formar-se e também dissipar-se de rapidamente.

Atualmente o sítio Boaventura está conseguindo manter uma frequência de turistas razoável, em quase todo final de semana ele recebe visitantes, o que permite que ele venda seu produto direto para o consumidor final. O sítio já conseguiu se apropriar de algumas estratégias de venda que estão garantindo um complemento da renda familiar por meio do turismo, como a confecção de cartões de visitas, camisetas, banners, adesivos, etc.

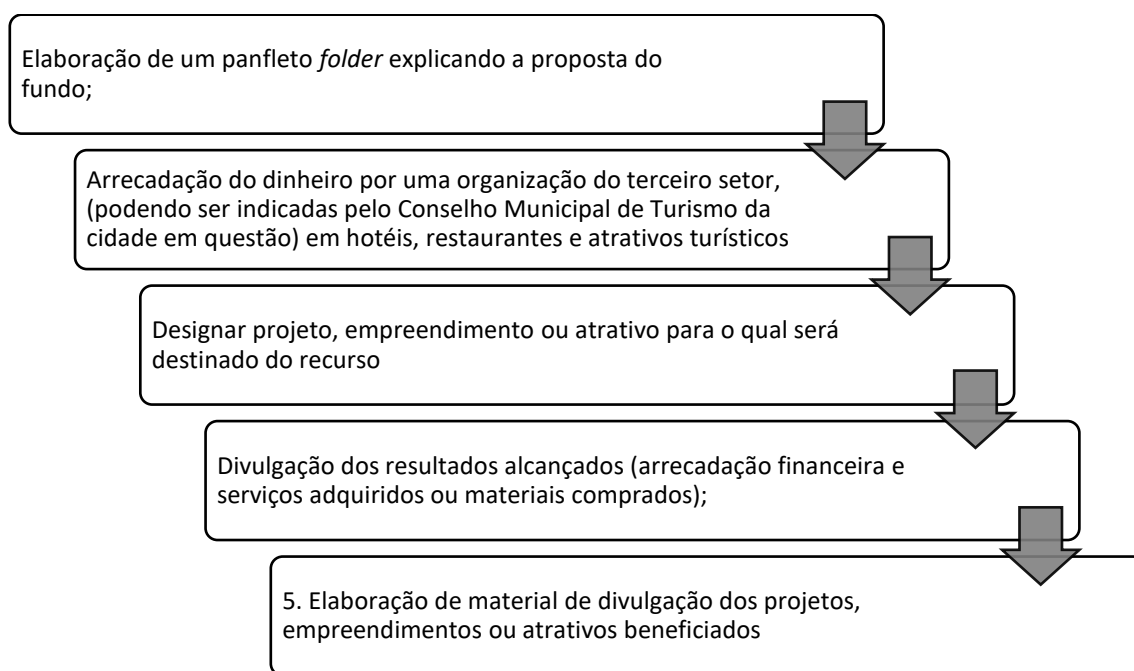
Há cerca de três meses uma empresa de receptivo turístico começou a atuar na região e logo os gestores do parque apresentaram a equipe da Rede, demonstrando que estamos funcionando como uma espécie de referência para o desenvolvimento do turismo no território. Atualmente, a empresa citada é parceira da Rede e irá contribuir com o evento do dia das crianças.

A ideia é que possamos consolidar o trabalho da Rede em Teresópolis em mais um ano de pesquisas e intervenções juntos com os proprietários rurais do entorno do Parque Municipal, com as empresas que atuam no território e com os gestores do PNMMT. Vale ressaltar que por meio do evento dos dias das crianças iniciamos diálogo com a direção de uma escola municipal local, que irá levar seus alunos para o evento, evidenciando a influência que a Rede Brasilidade Solidária vem adquirindo com o tempo, em conjunto com o renome da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Através do desenvolvimento destes roteiros e dos eventos associados constatamos a importância das redes populares no fortalecimento de uma economia local com base na agricultura orgânica e no turismo. Desta forma, propomos uma nova possibilidade de desenvolvimento territorial e fomento ao turismo, o “Fundo de Turismo Solidário”.

Como parte do projeto de extensão Rede Brasilidade Solidária e do Programa de extensão TURVIDA da UERJ, decidimos criar um projeto piloto denominado de “Fundo de Turismo Solidário”, com objetivo de incentivar políticas públicas de distribuição de renda e colaboração com os locais visitados.

Apresentamos a seguir etapas gerais para a organização e funcionamento do Fundo de Turismo Solidário:



Exemplos verídicos de ações prioritárias apoiadas pelo Fundo:

Exemplo a) Compra de uma moenda de cana de açúcar para o Sr. Júlio, morador de Santa Rita-Teresópolis. Sua propriedade está localizada no entorno do Parque Natural Montanhas de Teresópolis. O proprietário produz cana de açúcar, mas não tem como beneficiar sua produção sem uma moenda.

Você está convidado para conhecer a região e, futuramente, tomar um caldo de cana orgânico, comprar seus queijos artesanais e, eventualmente, fazer um passeio de cavalo!

Acesse nossos endereços eletrônicos:

ENDEREÇO ELETRÔNICO 1 (AUTOR)

ENDEREÇO ELETRÔNICO 2 (AUTOR)

Exemplo b) Padronização das placas – construção de totens – que informam as localizações dos sítios.

Acreditamos que por meio desta proposta de fundo comunitário, inicialmente apresentada nas reuniões do recém criado Conselho Municipal de Turismo, no qual a UERJ é representada pelo 1º AUTOR podemos influenciar ainda mais outras iniciativas no município e no estado do Rio de Janeiro, pois contribuições financeiras são fundamentais para construção de um processo de desenvolvimento turístico e de uma nova territorialidade pautada no turismo solidário como atividade socioeconômica.

O fundo de turismo solidário poderá ser utilizado na região para motivar ainda mais os “nós” e pontos do território-rede, pois será utilizado para compra de ferramentas e utensílios para melhorar a produtividade dos participantes da rede, que começarão a perceber os benefícios socioeconômicos da atividade. O dinheiro do fundo poderá ser captado com os turistas que visitam o município, que podem ser convidados a colaborar de forma espontânea nos hotéis, pousadas e restaurantes. Todas essas ações pontuais, em conjunto, estão promovendo uma espécie de consciência da responsabilidade socioambiental do turismo e uma territorialidade capaz de direcionar os esforços dos indivíduos que trabalham ou querem trabalhar no campo do turismo em Santa Rita. Muito do que se produziu na agropecuária ao longo de quase um século foi fruto do trabalho familiar, na condição de proprietários, colonos, meeiros e arrendatários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de redes populares de turismo para produção de novas territorialidades apresenta uma grande complexidade e um elevado grau de dificuldade, pois além de envolver diversas áreas do conhecimento na concepção filosófica do turismo, têm nos agentes sociais políticos sua principal constituição.

A experiência empírica da atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis retrata tais complexidades no processo de consolidação das redes populares de turismo, situando-se distante do modelo idealizado nos documentos do Ministério do Turismo e da própria Rede Brasilidade Solidária.

Por outro lado, talvez não seja possível pensar na consolidação de um território turístico com justiça social e sustentabilidade ambiental, sem diretrizes e posições ideológicas representadas pelas redes populares de turismo.

A Rede Brasilidade Solidária já desenvolveu trabalhos em favelas cariocas e na zona oeste do município do Rio de Janeiro, bem como vem desenvolvendo projetos na região serrana do estado do Rio de Janeiro, aperfeiçoando sua tecnologia social, além de influenciar e contribuir com a formação política e com a consolidação de um território turístico capaz de promover o desenvolvimento local e a justiça social e ambiental. As trocas sociais em rede configuram-se como um espaço propício para construção da cidadania e para educação política. No seu bojo, individualidades e coletividades convivem em constante processo dialético, manifestando novas territorialidades.

Atuar em redes populares de turismo é lidar com o imprevisível, com um movimento não-linear e de alta complexidade, mas ao mesmo tempo com um eixo condutor que reúne a diversidade das subjetividades em torno de objetivos minimamente compartilhados, o que faz da rede uma forma de manifestação política na contemporaneidade.

Após a consolidação dos destinos e atrativos parceiros da Rede Brasilidade Solidária será elaborado um plano de divulgação em hotéis, agências e principalmente em universidades. Trabalha-se como a ideia de que os estudantes possam, além de praticar turismo, contribuir com a melhoria das condições socioambientais dos territórios visitados, destinando recursos financeiros e compartilhando

informações relevantes para melhoria dos problemas socioambientais. Esta é outra dimensão da Rede Brasilidade Solidária que será discutida com maior profundidade em futuras publicações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/ciencia-e-tecnologia/desenvolvimento-sustentavel/tecnologia-social>>. Acesso em 10/03/2013

BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em 25/05/2013

BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 25/05/2013

Brasil. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Formação de Redes / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007 55 p. : il.

BENI, M. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

BUBER, M. Do diálogo e do dialógico. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

CALDERÓN, F.; LECHNER, N. Modernização e governabilidade. In: DINES, A. Sociedade e Estado: superando fronteiras. São Paulo: FUNDAP, 1998. p. 111-145.

2º AUTOR 2014

DEMO, P. Politicidade: razão humana. Campinas, SP: Papirus, 2002.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FRATUCCI, A.C. Refletindo Sobre a Gestão dos Espaços Turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. Revista Turismo em Análise, v.20, n.3, p. 391-408, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

1º AUTOR, 2010

1º AUTOR 2011.

1º AUTOR 2013

1º AUTOR 2014

KOTLER, P. Administração de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

PARENTE, J, G., MACEDO, L. C.; CARDOSO, R. C.; FREIRIA, V. Varejo e responsabilidade social. In: PARENTE, J, G.; GELMAN, J, J. Varejo e responsabilidade social: visão estratégica e práticas no Brasil. Porto Alegre: Bookman, 2006. p. 15-30

RORTY, R. Contingência, ironia e solidariedade. São Paulo: Martins, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo e Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SWARBROOKE, J; HORNER, S. O comportamento do consumidor no turismo. São Paulo: Aleph, 2002.

URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.